
O USO DE RECURSOS VISUAIS COMO METODOLOGIA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

THE USE OF VISUAL RESOURCES AS A METHODOLOGY FOR THE TEACHING-LEARNING OF DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION

Morgana Teodoro Guimarães Souza³¹
Gilson Xavier de Azevedo³²

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar o uso de libras como suporte pedagógico para o ensino-aprendizagem de alunos surdos no Ensino Superior, buscando perceber através de uma revisão bibliográfica e a experiência como intérprete de Libras em sala de aula, a importância desses recursos. Justifica-se esse estudo dado que pesquisas mostram que o surdo compreende o mundo através da visão, diante disso buscou-se compreender como os professores podem usar esses recursos para promover uma educação mais inclusiva. Parte-se do problema de como o uso de recursos visuais pode ser utilizado como suporte pedagógico para o ensino-aprendizagem de alunos surdos no Ensino Superior. A hipótese padrão é considerar que o uso de libras potencializa a compreensão de conteúdos que só pela leitura labial ficariam prejudicados. Aponta-se por resultados a ampliação das discussões sobre a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência também no Ensino Superior.

Palavras-chave: Recursos Visuais. Surdo. Ensino Superior.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the use of pounds as a pedagogical support for the teaching-learning of deaf students in Higher Education, seeking to understand through a bibliographical review and experience as interpreter of Libras in the classroom, the importance of these resources. This study is justified since research shows that the deaf understands the world through the vision, in order to understand how teachers can use these resources to promote a more inclusive education. It starts from the problem of how the use of visual resources can be used as pedagogical support for the teaching-learning of deaf students in Higher Education. The standard hypothesis is to consider that the use of pounds strengthens the understanding of contents that only by lip reading would be impaired. It is pointed out by results the extension of the discussions on the necessity of the inclusion of people with disabilities also in Higher Education.

Key-works: Visual resources. Deaf. Higher Education.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo os surdos sofreram com a discriminação e o preconceito, o que os privava de ter acesso à educação. Em 1880, em um congresso realizado em Milão, na Itália, com educadores de surdos, houve uma discussão sobre temas concernentes à educação no qual participaram surdos e ouvintes.

³¹ Pós-graduanda em Gestão e docência do Ensino Superior pela UEG de Mineiros, Goiás (morgana_tedorogs@hotmail.com).

³² (Orientador) Graduado em Filosofia pela FAEME (2007), Ph.D. em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

Os surdos lutaram para que o método de ensino utilizado fosse o gestualismo, que era o uso dos gestos, mas como os ouvintes eram a maioria, foi aprovado como meio de comunicação, o movimento que se denominou “oralismo” (BENTES; HAYASHI, 2016).

O oralismo defende que a comunicação dos surdos seja exclusivamente através da fala, proibindo o uso dos gestos. Toda a educação dos surdos passou por uma série de modificações com objetivo de que aprendessem a falar, para que houvesse a normalização de indivíduos “anormais”. O oralismo prejudicou o desenvolvimento da língua de sinais e conseqüentemente a educação dos surdos.

No Brasil, foi só em 1857 no governo de D. Pedro II, que se deu início à primeira escola de educação de surdos, no Rio de Janeiro. No entanto, somente a partir da década de 1980 até 1990 começa a renascer no Brasil o uso dos sinais, não sendo ainda a Língua Brasileira de Sinais (Libras) oficializada nem entendida como uma língua.

Com o passar do tempo, foi-se conscientizando paulatinamente das necessidades dos surdos abrindo caminhos para elaboração de legislações que os reconhecessem como pessoas com direitos, e por isso serem respeitadas dentro de sua cultura.

Durante a discussão serão apresentadas as principais leis que estão em vigor, leis que tratam mais especificamente da inclusão educacional e do ensino com o auxílio da Libras, afim de mostrar as conquistas e os desafios que ainda se fazem presentes quando falamos de educação para o surdo.

No entanto, mesmo com esses avanços, os surdos continuam sendo marginalizados, já que necessitam de adaptações e recursos adequados às suas necessidades, nos quais, na maioria dos casos, ainda não são acessíveis.

Visto que o surdo compreende o mundo através da visão, para se obter um efetivo aprendizado é necessário o uso de recursos didáticos que sejam estimulados através do canal visual.

De acordo com Reily:

A imagem vem sendo utilizada na escola com uma função primordialmente decorativa, de tal forma a diluir o tédio provocado pela grafia de textos visualmente desinteressantes. Às vezes, a imagem tem a função de auxiliar o aluno a compreender o texto, funcionando como exemplificação ou ilustração. No entanto, a figura visual, tanto a representação abstrata quanto a figurativa ou pictográfica, traz consigo o potencial de ser aproveitada como recurso para transmitir conhecimento e desenvolver raciocínio. Para o aluno surdo [...] o caminho de aprendizagem necessariamente será visual, daí a importância de os educadores compreenderem mais sobre o poder constitutivo da imagem, tanto no sentido de ler imagens, quanto no de produzi-las (REILY, 2003).

Nery e Batista (2004) também afirmam que o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo é facilitado quando há representação de imagens visuais na formação de conceitos, porque a imagem traz uma estrutura e potencial que podem ser aproveitados para transmitir e desenvolver melhor o raciocínio.

Como forma de abstrair ao máximo a percepção visual aguçada que o surdo tem o professor pode usar de metodologias em suas atividades como: vídeos, páginas da internet, comunidade virtual. O estudo de material concreto, visitas técnicas realizadas com o professor, e tudo aquilo que possa ser melhor absorvido através do canal visual também podem ser utilizados como complemento nas aulas pois esses recursos motivam a participação desses alunos (SILVA, SILVA e REIS; 2012).

O surdo tem a percepção do mundo principalmente através do sentido da visão, sendo então enfatizado quão grandes podem ser as contribuições do uso de recursos visuais, pois esses despertam o interesse desses alunos.

Com base nessa premissa, este trabalho tem como objetivo investigar o que são esses recursos visuais e sua importância, mostrando de que forma podem ser utilizados como suporte pedagógico para o ensino-aprendizagem de alunos surdos no Ensino Superior.

1 INCLUSÃO EDUCACIONAL: CONQUISTAS E DESAFIOS

A partir do final da década de 1990, o número de acadêmicos que têm ingressado no ensino superior no Brasil aumentou significativamente. De acordo com Carmo et. Al.(2014), no ano de 2001 havia 3.036.113 de estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo país.

No entanto, houve uma expansão significativa nas matrículas devido a criação de programas populares, como: Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), além da ampliação de abrangência dos programas já existentes, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Esse número saltou então para 6.379.299 em 2010. Desses alunos, um número significativo de estudantes do público-alvo da Educação Especial³³ também tiveram acesso ao ensino superior. (MOREIRA, ANSAY E FERNANDES, 2016)

Diante da necessidade de promover a acessibilidade para esse público, leis foram criadas para garantir o acesso aos deficientes, como consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu Art. 59 estabelece que: “[...]os sistemas de ensino³⁴ assegurarão aos educandos com deficiência, [...] I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

³³ Os estudantes considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2009).

³⁴ De acordo com o art. 21 da Lei n.º 9.394/96, a educação escolar (não a educação básica), além das três citadas anteriormente, compõe-se também do nível superior.

Dentre os acadêmicos com deficiências que conseguiram esse acesso destaca-se o aluno surdo. De acordo com o decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005: “Considera-se pessoa surda³⁵ aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. (BRASIL, 2005).

A Luta dos surdos tem acarretado diversas vitórias, como o reconhecimento da Libras como língua e o direito de terem intérpretes de Libras em sala de aula. Como meio legal de comunicação e expressão, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida e oficializada no Brasil através da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, pois a mesma é a língua materna do surdo, oriunda de sua comunidade. A forma de comunicação e expressão em Libras se dá através do canal visual, na qual possui um sistema de transmissão de ideias e fatos com estrutura gramatical própria.

Na Lei nº 10.436/02 também estabelece que o Ministério da educação promova uma educação inclusiva para as pessoas surdas em sua escolarização básica, que garanta a esses alunos educadores capazes de trabalhar com as suas especificidades na qual viabilize uma educação bilíngue em que a Libras seja adquirida como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. (BRASIL, 2002).

Para regulamentar a referida Lei nº 10.436/02 foi criado o decreto nº 5.626/05, em 22 de dezembro de 2005, que traz em seu capítulo VI, no artigo 23, que trata da garantia do direito a educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva³⁶ que:

as instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa³⁷ em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.” (BRASIL, 2005).

Da mesma forma o Decreto nº 5626/05 em seu capítulo IV que trata do uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação no Art. 14 dispõe que:

³⁵ Os surdos são usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os deficientes auditivos são os que usam próteses auditivas e /ou a língua portuguesa oral para se comunicarem.

³⁶ No presente artigo optamos por utilizar a terminologia “surdo” tanto para a pessoa que usa a Libras como meio de comunicação, como para o sujeito oralizado ou quem usa a Libras e a oralidade, independente do grau de perda auditiva

³⁷ Tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa é um profissional que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: VIII disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005).

Para a mediação da comunicação, a Lei nº 12.319/10 foi regulamentada a profissão do tradutor e intérprete de Libras, que é de suma importância já que a maioria dos professores não sabem se comunicar com o aluno através da mesma.

Para obedecer às leis vigentes, diante da demanda de alunos surdos, os sistemas de ensino se viram em um contexto completamente diferente do que estava habituado. No caso da universidade, ainda se percebe muita resistência às ideias e concepções provenientes da inclusão³⁸ (MANTOAN, BARANAUSKAS E CARICO, 2013).

As pessoas que têm contato com o aluno surdo, no geral (professores, funcionários, colegas) não estão preparados para lidar com esse aluno, principalmente devido à dificuldade de se comunicarem, e por não conhecerem suas dificuldades, potencialidades e também sua cultura.

De acordo com Félix (2014), a legislação tem por objetivo garantir que as pessoas com deficiência tenham direito à educação, possibilitando que suas necessidades sejam atendidas. Para isso, é necessário adequar o ensino superior à legislação brasileira vigente, que propõe o acesso das pessoas com necessidades especiais a todos os níveis de ensino público e privado.

Mas para que essas leis sejam de fato cumpridas e que sejam proporcionadas também condições para que a educação aconteça é necessário criar métodos para adaptar o material de estudo promovendo um ensino de qualidade a um grupo significativo de alunos com necessidades tão peculiares, como o dos surdos.

Numa visão inclusiva, todos os alunos têm suas capacidades refutando toda e qualquer forma de exclusão. De acordo com Silva (2010), uma educação inclusiva é aquela que acolhe, aprecia e que oferece a todos os alunos oportunidades iguais e chances de experimentar propostas educacionais que são sejam concernentes com suas necessidades. Muitos fatores são importantes para a realização desse processo, como a preparação dos professores.

Mas, ainda há muitos professores que se apoiam na justificativa de não estarem preparados para atender o público da educação especial. No entanto, é preciso que esses profissionais busquem verdadeiramente essa preparação que vise o acolhimento das diferenças e novas respostas educacionais.

38 Inclusão na educação diz respeito a uma prática que busca a universalização da educação, visando a aceitação das diferenças individuais, e a interação e cooperação em meio à diversidade humana.

Essa responsabilidade se estende a todos - pais, diretores, orientadores educacionais. (SARTORETO, 2013). Para isso, o professor deve, então, adequar suas aulas para garantir que todos que ingressarem no ensino superior tenham as mesmas condições para alcançar o aprendizado.

2 RECURSOS VISUAIS COMO APOIO AO ENSINO-APRENDIZAGEM

A inegável importância da inclusão para garantir o direito à educação faz com que cada vez mais pessoas se conscientizem de sua relevância, mas apenas essa conscientização não garante processos mais inclusivos. (LOPES e FABRIS, 2013). À Universidade cabe uma mudança de postura frente a essa realidade.

A Universidade, como grande escola formadora de profissionais e praticante de uma pedagogia que deve ser, segundo nossas leis, democrática [...] tem, portanto [...] dois papéis fundamentais: (a) formar o profissional que terá esta mentalidade, aberta ao trato com a diversidade em qualquer setor de nossa sociedade, e (b) servir de exemplo, ou modelo, no decorrer do próprio processo de formação desses profissionais, de que tal formação cidadã seja possível [...] (SANTOS, 2003, p. 1-2.).

Para que o aluno surdo se sinta incluído em meio aos ouvintes, ele necessita de que sejam feitas adaptações estruturais, comportamentais e educacionais, nas quais todos os alunos também podem possuir se beneficiar. Essas adequações não devem ser entendidas como a concessão de “vantagens”, mas sim a flexibilização da matéria que contemple suas reais necessidades.

Como afirma Mantoan, Baranauskas e Carico (2013, p. 97) “a inclusão tem a ver com solidariedade e atuação conjunta, em busca de soluções que atinjam e beneficiem a todos, sem discriminação, segregação, preconceitos.”

Félix (2014) afirma que o papel social da universidade é fundamental, pois ela não poderá ser indiferente à diferença, mas deve buscar um processo educacional que seja mais justo e democrático. A educação inclusiva no contexto universitário necessita que a organização institucional deixe de ser rigidamente burocratizada e excludente (BEZERRA E ARAÚJO, 2015).

O aluno surdo para chegar no ensino superior passa por vários desafios, que começam desde a alfabetização. Ainda muitos alunos surdos são aprovados no ensino básico, mas sem terem aprendido o Português de forma satisfatória no qual dê o suporte necessário para seu desenvolvimento integral na graduação, comprometendo, consideravelmente, seu aprendizado. Ao chegar a esse nível de ensino é necessário muito esforço por parte do aluno, assim como de todos os profissionais envolvidos.

Ao professor cabe então, analisar cada caso verificando o que pode ser feito para que o aluno consiga compreender a matéria, pois medidas simples podem promover grandes mudanças. O intérprete também precisa fazer as adaptações sempre visando a transmissão mais fiel e clara possível do que está sendo explicado, visto que ele é mediador da comunicação.

As avaliações, quando necessárias, podem ser adaptadas, levando em conta que é primordial que o surdo seja avaliado como qualquer outro aluno, mas com olhar diferenciado sobre o seu desenvolvimento cognitivo. Diante da dificuldade em que grande parte dos surdos têm em redigir textos, o professor pode por exemplo optar por avaliá-lo com questões de múltipla escolha, porém não minimizando a importância da leitura, compreensão e produção eficiente de bons textos, sob os mais variados gêneros, inclusive o dissertativo-argumentativo.

Se a ideologia educacional está pautada no *status*, os alunos serão valorizados mediante seu rendimento intelectual no qual o aluno com deficiência se sentirá em desvantagem. Fechar os olhos para as potencialidades bem como as necessidades não diz respeito a uma educação inclusiva (SILVA, 2015).

Na concepção de Sartoretto, 2013:

A inclusão [...] só é possível onde houver respeito à diferença e, conseqüentemente a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida das possibilidades (SARTORETO, 2013, p. 77).

Muitos professores do Ensino Superior acreditam que por estarem lecionando nessa fase, não pensam que têm responsabilidade pedagógica de realmente ensinar o conteúdo, mas apenas mostrar o “caminho” pelo qual o aluno deve percorrer para aprender. Os alunos surdos são dotados de capacidade de aprendizagem tão quanto os ouvintes, mas por vezes se deparam com dificuldades na compreensão de alguns conceitos. E essa postura do professor acaba por dificultar ainda mais seu aprendizado.

O professor que tem alunos surdos em sua sala precisa estar atento, para não o prejudicar. Por mais que grande parte dos surdos usem a língua de sinais como forma de comunicação, muitos fazem leitura labial, que consiste em uma técnica em que as palavras são percebidas através do movimento dos lábios. Para não dificultar no entendimento, o professor precisa ter cuidado com o uso de barbas e bigodes, pois compromete o entendimento, e falar com ritmo moderado, sempre se expressando de forma clara. É necessário que o professor se mantenha seu rosto de forma visível, pois quando ele fica de costas para o surdo, impossibilita a leitura dos lábios.

Enquanto os alunos ouvintes conseguem copiar e prestar atenção ao mesmo tempo no que está sendo explicado, o aluno surdo precisa manter o foco no intérprete de Libras. O professor precisa ter o cuidado de verificar se o aluno já concluiu suas anotações ou se necessita de mais tempo para concluí-las.

O surdo sente dificuldade em memorizar palavras, por isso ao fazer as explicações poderão surgir dúvidas quanto ao significado de palavras e de termos técnicos, sendo necessário que se façam explicações complementares.

Ao apresentar vídeos, estes devem ter legendas para que o aluno surdo entenda do que se trata. Como sujeitos com plenos direitos, principalmente à educação, os surdos necessitam que o professor tenha um olhar diferenciado e que o foco não seja pontuar suas limitações, mas sim valorizar suas potencialidades, buscando sempre atender ao principal objetivo da Universidade que é o aprendizado.

Para que esse aprendizado se conclua, um ponto importante para o desenvolvimento de todo indivíduo é ter uma língua na qual consiga se comunicar. Como língua materna do surdo, o uso da Língua de sinais é de suma importância para promover a interação entre ele e os demais.

De acordo com Pereira et. al. (2011), apesar da diferença entre a língua oral e a de sinais, ambas têm uma gramática própria e um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais. Na língua de sinais, a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida no espaço, mas exerce o mesmo objetivo que a língua oral, que é a comunicação.

Por este motivo, o aluno surdo deve ter acesso às duas Línguas (Libras e Português). Para fazer essa ponte na comunicação, o intérprete de Libras tem papel de mediador entre o surdo e os demais, sendo de grande auxílio na efetivação da aprendizagem.

A função de intérprete está garantida por Lei Nº 12.319/10, mas nem todas as universidades têm disponibilizado o profissional para o acompanhamento do surdo em sala de aula, e em atividades relacionadas. É necessário que a Universidade promova meios nos quais garantam que seus direitos sejam atendidos e com qualidade.

Existem surdos, no entanto, que não fazem uso da Língua de Sinais (por diversos motivos como: vergonha, medo de sofrerem preconceito, por terem sido obrigados a utilizar a língua oral, e por isso deixaram de usar sua língua, ou por opção própria, mas de qualquer forma é importante a adequação dos conteúdos de acordo as suas necessidades, independente da forma de comunicação pela qual optarem por fazer.

O fato de que a Libras tenha sido oficializada como língua materna do surdo se dá principalmente porque ela se utiliza do canal visual para se manifestar. O surdo percebe e compreende o mundo a partir de sua visão, sensações e vivências. Não só por conta disso, mas por meio da Libras que a língua deles, e é através dela principalmente que eles serão capazes de se expressarem e de terem acesso a outros conhecimentos. A língua é um código que foi desenvolvido para a transmissão de pensamentos, e para que houvesse interação comunicativa entre as pessoas. Elas utilizam suas línguas e seus recursos para se comunicarem, se expressarem. Da mesma forma, a Libras é tão importante para o surdo porque possibilita a expressão, e a comunicação da comunidade surda.

Para Pereira et. Al. (2011) as línguas de sinais diferem das línguas orais justamente por se articularem através do canal visual e não do oral-auditivo. A informação linguística é recebida pelos olhos e produzida no espaço, pelas mãos, pelo movimento do corpo e pela expressão facial, por isso são

denominadas línguas de modalidade gestual-visual. Os sinais³⁹ significam e carregam significado, não sendo apenas sinais soltos combinados a expressões faciais aleatórias, mas frases completas que transmitem ideias e fatos.

Sendo assim, como complementa Reily (2003), da mesma forma, o uso de imagens visuais auxilia no ensino-aprendizagem, pois a formação de conceitos é facilitada quando são utilizadas representações visuais nas atividades educacionais, porque auxilia e facilita no processo de desenvolvimento do pensamento conceitual e do raciocínio.

O emprego de recursos visuais possibilita também um melhor desenvolvimento cognitivo e viabiliza a criação de um contexto mais inclusivo e adequado às suas necessidades, oferecendo maior possibilidade de conhecimento através do canal visual e uma alternativa para que a compreensão do surdo ocorra com eficiência. (NERY; BATISTA, 2004) Esses instrumentos pedagógicos se fazem necessários para que esses alunos tenham não apenas a oportunidade de cursarem o ensino superior, mas que sejam verdadeiramente incluídos.

Os recursos visuais podem ser utilizados como um aliado no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar outras formas de aplicar a matéria como por exemplo o uso de imagens, vídeos, etc. O professor pode usar de diversas fontes para se obter material que facilitará a adaptação desse conteúdo que pode ser encontrado nas diversas mídias existentes, como por exemplo a internet.

Do ponto de vista dos surdos o uso do computador e da Internet inaugurou uma nova dimensão às suas possibilidades de comunicação, pois são tecnologias acessíveis visualmente. Se, para os ouvintes, elas abriram perspectivas que levaram a modificações profundas nos usos e costumes de toda a sociedade, para os surdos, essas mudanças podem ser ainda mais significativas (STUMPF, 2010, p. 2).

Da mesma forma como demonstra uma entrevista realizada por Bezerra e Araújo (2015) com uma acadêmica surda, na qual foi relatado que: o uso das tecnologias proporcionou reconhecimento dos alunos surdos quanto ao uso da Libras e a disseminação de novas possibilidades didáticas. Esse processo de uso de imagens e vídeos por exemplo, se tornou de mais fácil acesso dentro e fora da sala de aula, possibilitando também uma maior interação entre os alunos.

A imagem auxilia no pensamento relacional ao estabelecer associações e comparações. Na linguagem verbal, a palavra possibilita a generalização e o raciocínio classificatório, e, no caso dos surdos, a representação visual poderá auxiliar nesses processos de pensamento” (NERY; BATISTA, 2004).

³⁹ Sinais são itens lexicais que surgem da combinação entre a forma que a mão assume, o local onde será realizado, o movimento que poderá ser feito e as expressões faciais e corporais.

CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo, analisar como os recursos visuais podem ser usados como metodologia para o ensino-aprendizagem de alunos surdos no ensino superior. Para isso, tomou-se como base minha experiência enquanto intérprete de Libras no Ensino Superior. Como referencial teórico, foram utilizados abordagens e métodos de ensino na área da Surdez. Concluiu-se, por meio das pesquisas, que o surdo compreende melhor quando é utilizado o canal visual para o ensino- aprendizagem.

Este trabalho vem, pois, apresentar como os recursos visuais podem ser utilizados de forma a possibilitar uma melhor assimilação do conteúdo, seja para facilitar no entendimento do que está sendo explicado quanto para internalizar os conteúdos. Também veio a enfatizar o quanto os surdos lutaram pela sua língua, a Libras (e sua importância), e por terem direito à educação, mostrando também a legislação vigente que os amparam.

Mas para que o surdo tenha de fato esses direitos cumpridos é necessário que os professores tenham a sensibilidade de conhecer as necessidades do educando e trabalhar de forma a atender suas necessidades, contemplando todos os alunos sem distinção. Para isso, foi apresentado no presente artigo, o uso dos diversos recursos visuais existentes (imagens, vídeos, visitas técnicas, etc.) como instrumentos para auxiliar o aluno no processo ensino-aprendizagem.

As pesquisas e a vivência com surdos em sala de aula enquanto intérprete de Libras têm me feito perceber o quanto os recursos visuais podem auxiliar de forma satisfatória na educação dos surdos, especialmente por conta da percepção visual aguçada que o surdo tem. Por fim, este trabalho também ressalta a importância de o professor buscar compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo e o que pode ser feito para que ele aprenda de maneira mais eficiente e eficaz. Tais inquietações nos movem a continuar pesquisando outras metodologias para a verdadeira inclusão do aluno surdo no ensino superior.

REFERENCIAL TEÓRICO

BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. **Normalidade, diversidade e alteridade na história do Instituto Nacional de Surdos**. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], v. 21, n. 67, p. 851-874, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782016216744>.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Inclusão escolar no ensino superior: o aluno com deficiência ainda é "um estranho no ninho"? In: NERES, Celi Corrêa; ARAUJO, Doracina Aparecida (Org.). **Retratos de pesquisa em educação especial e inclusão escolar**. São Paulo: Mercado de Letras, 2015. Cap. 4. p. 105-117.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. **Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, 22 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília, 24 abril. 2002.

BRASIL. Lei nº 12319, de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Brasília, 02 setembro. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 20 dez. 1996.

CARMO, Erinaldo Ferreira et al. **Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 240, p. 304-327, ago. 2014. Disponível em: <www.rbep.inep.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2017.

FÉLIX, Virgílio Martins. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: as universidades brasileiras estão preparadas para incluir e atuar na formação acadêmica desses alunos?** *Revista Paidéia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 11, p. 163-183, dez. 2014.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **INCLUSÃO E EDUCAÇÃO.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani; CARICO, Janaína Speglich Amorim. **Todos nós - Unicamp acessível.** Petrópolis: Vozes, 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; ANSAY, Noemi Nascimento; FERNANDES, Sueli Fátima. Políticas de acesso e permanência para estudantes surdos ao ensino superior. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, Rio Claro, v. 19, n. 1, p. 49-60, abr. 2016.

NERY, Clarisse Alabarce; BATISTA, Cecília Guarnieri. **Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso.** *Paideia*, Campinas, v. 29, n. 14, p. 287-299, out. 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras: conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Reily, L. H. (2003). **As imagens: o lúdico e o absurdo no ensino de arte para pré-escolares-escolares surdos.** Em I. R.Silva; S. Kauchakje & Z. M.Gesueli (Orgs.), *Cidadania, Surdez e Linguagem: desafios e realidades.* Cap. IX (pp. 161-192). SP: Plexus Editora.

SANTOS, Monica Pereira dos (2003). **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva.** *Revista movimento*, nº 7, Niterói, pp. 78-91/ pp. 1-16, maio. Disponível em: <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/Paper%20UFF.pdf>. Acesso em: 29/04/2017

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão: da concepção à ação: A concepção. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 77-107.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Ibpx, 2010.

SILVA, Keli Maria de Souza Costa; SILVA, Lázara Cristina da; REIS, Flaviane. **CURSO BÁSICO: EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**. Uberlândia: Edufu, 2012.

SILVA, Sheyla Cristina Araujo Matoso. A inclusão da criança com deficiência na educação infantil: uma temática a ser pesquisada. In: NERES, Celi Corrêa; ARAUJO, Doracina Aparecida (Org.). **Retratos de pesquisa em educação especial e inclusão escolar**. São Paulo: Mercado de Letras, 2015. Cap. 7. p. 173-191.

STUMPF, Marianne Rossi. **Educação de Surdos e Novas Tecnologias**. 2010. 34 f. Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras-libras na Modalidade a Distância, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Enviado em: 25/01/2021.

Aceito em: 19/03/2021.

REEDUC
REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO